

Sergio Pinto Martins

Desembargador do TRT da 2ª Região.
Professor titular da Faculdade de Direito da USP.

Direito Processual do Trabalho

40ª edição
2018

saraiva  *jur*

ISBN 978-85-472-2836-1

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Av. das Nações Unidas, 7.221, 12º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-8117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Editorial Roberto Navarro

Edição Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermينو
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro

Fernando Penteado
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraíso Buldrini Filogônio

Diagramação e revisão Microart Design Editorial

Comunicação e MKT Carolina Bastos
Elaine Cristina da Silva

Capa Aero Comunicação

Produção gráfica Mari Rampim

Impressão e acabamento Intergraf Ind. Gráfica Eireli

Martins, Sergio Pinto

Direito processual do trabalho / Sergio Pinto Martins. – 40. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. *Direito processual do trabalho* 2. *Direito processual do trabalho* – Brasil I. Título.

17-1716

CDU 347.9:331

Índice para catálogo sistemático:

1. *Direito processual do trabalho* 347.9:331

Data de fechamento da edição: 13-12-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604671 CAE 624029

1113-1

SUMÁRIO

Prefácio.....	33
Nota à 40ª edição.....	35

Capítulo 1

Histórico.....	37
1.1 Fundamentos.....	37
1.2 Evolução.....	38
1.2.1 Nos demais países.....	38
1.2.1.1 França.....	38
1.2.1.2 Alemanha.....	42
1.2.1.3 Itália.....	43
1.2.1.4 México.....	45
1.2.1.5 Espanha.....	46
1.2.1.6 Grã-Bretanha.....	47
1.2.1.7 Estados Unidos.....	48
1.2.1.8 Argentina.....	49
1.2.1.9 Portugal.....	50
1.2.2 No Brasil.....	51

Capítulo 2

	Conceito de Direito Processual do Trabalho	59
2.1	Denominação	59
2.2	Conceito	60

Capítulo 3

	Autonomia do Direito Processual do Trabalho	62
3.1	Teoria monista	62
3.2	Teoria dualista	63
3.3	Características da autonomia de uma ciência	64
3.4	Desenvolvimento legal	64
3.5	Desenvolvimento doutrinário	65
3.6	Desenvolvimento didático	65
3.7	Autonomia jurisdicional	65
3.8	Autonomia científica	66

Capítulo 4

	Posição Enciclopédica do Direito Processual do Trabalho	68
--	--	----

Capítulo 5

	Relações do Direito Processual do Trabalho com os Demais Ramos do Direito	70
5.1	Direito constitucional	70
5.2	Direito do trabalho	70
5.3	Direito processual	71
5.4	Direito administrativo	71
5.5	Direito penal	71
5.6	Direito privado	71
5.7	Direito tributário	72

Capítulo 6

	Fontes do Direito Processual do Trabalho	73
6.1	Fontes	73
6.2	Hierarquia	78

Capítulo 7

	Aplicação das Normas do Direito Processual do Trabalho	79
7.1	Interpretação	79

▪ Sumário

7.2	Integração.....	81
7.3	Eficácia.....	82
7.3.1	Eficácia no tempo	82
7.3.2	Eficácia no espaço.....	83

Capítulo 8

	Princípios do Direito Processual do Trabalho.....	84
8.1	Introdução.....	84
8.2	Princípios gerais	86
8.3	Princípios de direito processual do trabalho.....	89
8.3.1	Princípio da proteção.....	90
8.3.2	Outros princípios	91

Capítulo 9

	Solução dos Conflitos Trabalhistas.....	97
9.1	Denominação.....	97
9.2	Classificação.....	98
9.3	Formas de solução dos conflitos trabalhistas.....	99
9.3.1	Autodefesa	99
9.3.2	Autocomposição	99
9.3.3	Heterocomposição	101
9.3.3.1	Mediação.....	101
9.3.3.1.1	Comissão de conciliação prévia	105
9.3.3.1.1.1	Introdução.....	105
9.3.3.1.1.2	Constituição.....	105
9.3.3.1.1.3	Composição.....	106
9.3.3.1.1.4	Condição da ação.....	107
9.3.3.1.1.5	Procedimentos.....	109
9.3.3.1.1.6	Eficácia liberatória.....	110
9.3.3.1.1.7	Prazo prescricional	111
9.3.3.1.1.8	Conclusão.....	112
9.3.3.2	Arbitragem.....	112
9.3.3.2.1	História.....	112
9.3.3.2.2	Denominação	113
9.3.3.2.3	Conceitos.....	114
9.3.3.2.4	Distinção	114
9.3.3.2.5	Natureza jurídica	115
9.3.3.2.6	Classificação.....	116
9.3.3.2.7	Espécies.....	116
9.3.3.2.8	Compromisso.....	117

9.3.3.2.9	Admissibilidade	117
9.3.3.2.10	Vantagens e desvantagens	121
9.3.3.2.11	Procedimentos	122
9.3.3.2.12	Direito comparado e internacional	124
9.3.3.2.13	Dificuldades	126
9.3.3.3	Jurisdição	127

Capítulo 10

	Organização da Justiça do Trabalho	128
10.1	Introdução	128
10.2	Varas do trabalho	130
10.2.1	Garantias do juiz	135
10.2.2	Formação técnica e jurídica do juiz	136
10.3	Tribunais Regionais do Trabalho	140
10.3.1	Regiões	141
10.3.2	Composição e funcionamento	142
10.4	Tribunal Superior do Trabalho	145
10.5	Órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho	149
10.5.1	Secretaria	149
10.5.2	Oficiais de justiça	149
10.5.3	Distribuidor	150
10.5.4	Contadoria	150

Capítulo 11

	Competência da Justiça do Trabalho	152
11.1	História	152
11.2	Conceitos	154
11.3	Competência em razão das pessoas	156
11.3.1	Funcionários públicos	158
11.3.2	Entes de direito público externo	163
11.3.3	Servidores de cartórios extrajudiciais	168
11.3.4	Atleta profissional de futebol	169
11.4	Competência em razão da matéria	170
11.4.1	Relação de trabalho	170
11.4.2	Contratos de empreitada	178
11.4.3	Competência normativa	179
11.4.4	Contribuições previdenciárias	181
11.4.4.1	Histórico	181
11.4.4.2	Autoaplicabilidade	182

▪ Sumário

11.4.4.3	Execução	182
11.4.5	Representação sindical	184
11.4.6	Penalidades administrativas.....	186
11.4.7	Dano moral ou patrimonial	191
11.4.8	Mandado de segurança	194
11.4.9	<i>Habeas corpus</i>	195
11.4.10	<i>Habeas data</i>	195
11.4.11	Ações que envolvem o exercício do direito de greve.....	196
11.4.12	Complementação de aposentadoria.....	197
11.4.13	Outras ações.....	198
11.5	Incompetência da Justiça do Trabalho	200
11.6	Competência em razão do lugar	203
11.6.1	Local da prestação de serviços.....	204
11.6.2	Empregados viajantes.....	205
11.6.3	Empregados brasileiros laborando no estrangeiro.....	207
11.6.4	Empresas que promovem atividades fora do lugar do contrato....	208
11.6.5	Prorrogação da competência em razão do lugar.....	210
11.7	Competência por distribuição	210
11.8	Foro de eleição	211
11.9	Competência em dissídios coletivos	211
11.10	Competência funcional	213
11.10.1	Juiz de direito	218
11.10.2	Ministério Público do Trabalho.....	218
11.10.3	Ministro Corregedor do TST	225
11.10.4	Corregedoria Regional.....	225
11.11	Conflitos de competência.....	226

Capítulo 12

	Atos, Termos e Prazos Processuais.....	230
12.1	Atos	230
12.2	Termo.....	232
12.3	Prazos processuais	233
12.3.1	Contagem do prazo.....	235
12.3.2	Exceções à regra.....	237
12.3.3	Prazo para recurso.....	243
12.3.4	Principais prazos	243
12.4	Comunicação dos atos processuais	245
12.4.1	Formas.....	248
12.4.1.1	Citação dependente de ato do juiz.....	249
12.4.1.2	Comunicação processual por carta.....	249

12.4.1.3	Nulidade da citação	252
12.4.2	Demais notificações	252

Capítulo 13

	Nulidades	254
13.1	Introdução	254
13.2	Conceito	254
13.3	Distinção	255
13.4	Sistema de nulidades	255
13.5	Vícios	256
13.5.1	Inexistência	256
13.5.2	Nulidade absoluta	256
13.5.3	Nulidade relativa	257
13.5.4	Anulabilidade	257
13.5.5	Irregularidades	258
13.6	Princípios das nulidades	259
13.6.1	Princípio da legalidade	259
13.6.2	Princípio da instrumentalidade das formas ou da finalidade	259
13.6.3	Princípio da economia processual	259
13.6.4	Princípio do aproveitamento da parte válida do ato	259
13.6.5	Princípio do interesse de agir	260
13.6.6	Princípio da causalidade	260
13.6.7	Princípio da lealdade processual	260
13.6.8	Princípio da repressão ao dolo processual	260
13.6.9	Princípio da conversão	261
13.6.10	Princípio da transcendência ou do prejuízo	261
13.6.11	Princípio da convalidação	261
13.7	Nulidades no processo do trabalho	261
13.7.1	Artigo 794 da CLT	262
13.7.2	Artigo 795 da CLT	262
13.7.3	§ 1º do artigo 795 da CLT	263
13.7.4	§ 2º do artigo 795 da CLT	263
13.7.5	Artigo 796, a, da CLT	264
13.7.6	Artigo 796, b, da CLT	264
13.7.7	Artigo 797 da CLT	264
13.7.8	Artigo 798 da CLT	264
13.8	Regras para o pronunciamento das nulidades	265
13.9	Preclusão	265
13.9.1	Diferenças	266
13.9.2	Classificação da preclusão	267
13.9.2.1	Preclusão temporal	267

13.9.2.2	Preclusão lógica.....	267
13.9.2.3	Preclusão consumativa.....	268
13.10	Perempção.....	268

Capítulo 14

	Partes, Representação, Procuradores e Terceiros.....	270
14.1	Denominação	270
14.2	Capacidade	271
14.3	Representação.....	272
14.3.1	Espécies de representação	272
14.4	Assistência	273
14.5	Autorização.....	273
14.6	Partes e representação no processo do trabalho	273
14.7	<i>Ius postulandi</i>	277
14.7.1	Denominação.....	277
14.7.2	Conceito	277
14.7.3	Distinção.....	277
14.7.4	A permanência do <i>ius postulandi</i> no processo do trabalho	277
14.8	Mandato tácito	283
14.9	Assistência judiciária	284
14.10	Patrocínio profissional	287
14.11	Litigância de má-fé.....	288
14.11.1	O CPC	289
14.11.2	O processo do trabalho	292
14.12	Sucessão processual	299
14.13	Substituição processual.....	300
14.13.1	Conceito	300
14.13.2	Distinção.....	301
14.13.3	Inciso III do art. 8º da Constituição.....	302
14.13.4	Legislação ordinária	305
14.13.5	Características	308
14.13.6	Rol dos substituídos	310
14.13.7	Liquidação de sentença	312
14.13.8	Conclusão	312
14.14	Litisconsórcio.....	313
14.14.1	Cumulação objetiva	314
14.14.2	Cumulação subjetiva.....	314
14.14.3	Classificação do litisconsórcio.....	315
14.14.3.1	Litisconsórcio facultativo.....	315
14.14.3.2	Litisconsórcio necessário	316
14.14.3.3	Litisconsórcio unitário.....	316

14.14.4	Consequências e procedimentos.....	316
14.15	Intervenção de terceiros	317
14.15.1	Assistência	317
14.15.2	Oposição	319
14.15.2.1	Cabimento	319
14.15.3	Denúnciação da lide	320
14.15.3.1	Conceito	320
14.15.3.2	Natureza jurídica.....	321
14.15.3.3	Cabimento no processo do trabalho.....	322
14.15.3.4	<i>Factum principis</i>	326
14.15.3.5	Procedimento.....	327
14.15.4	Chamamento ao processo.....	328
14.15.5	Conclusões.....	329

Capítulo 15

	Ação Trabalhista.....	330
15.1	Natureza jurídica da ação	331
15.2	Elementos da ação	332
15.3	Classificação das ações individuais	332
15.4	Classificação das ações coletivas	334
15.5	Condições da ação.....	335
15.6	Pressupostos da existência do processo.....	336
15.7	Pressupostos de validade do processo	336
15.8	Ação declaratória incidental	338
15.8.1	História	338
15.8.2	Direito comparado	338
15.8.3	Denominação.....	339
15.8.4	Conceito	339
15.8.5	Distinção.....	339
15.8.6	Natureza jurídica.....	340
15.8.7	Objeto	340
15.8.8	Hipóteses legais no CPC.....	340
15.8.9	Cabimento no processo civil.....	341
15.8.10	Cabimento no processo do trabalho.....	341
15.8.11	Legitimidade	343
15.8.12	Interesse de agir	343
15.8.13	Requisitos.....	344
15.8.14	Pressupostos	344
15.8.15	Momento.....	344
15.8.16	Suspensão do processo	345
15.8.17	Procedimentos	345

▪ Sumário

15.9	Petição inicial	345
15.9.1	Forma	345
15.9.2	Valor da causa	351
15.9.3	Outros requisitos	355
15.9.4	Documentos	356
15.9.5	Acumulação de ações	356
15.9.6	Indeferimento da petição inicial	357
15.9.7	Inépcia da inicial	361
15.9.8	Modificações à postulação inicial	363
15.9.9	Procedimento sumaríssimo	364
15.9.9.1	Introdução	364
15.9.9.2	Denominação	364
15.9.9.3	Causas envolvidas	365
15.9.9.4	Procedimentos	368
15.9.10	Procedimento das novas ações de competência da Justiça do Trabalho	373

Capítulo 16

	Distribuição	377
16.1	Distribuição por dependência	378
16.2	Procedimentos	380
16.3	Efeitos da distribuição	381

Capítulo 17

	Audiência	382
17.1	Procedimento sumaríssimo	393

Capítulo 18

	Resposta do Réu	399
18.1	Exceções	400
18.1.1	Procedimento	401
18.1.2	Suspeição	402
18.1.2.1	Procedimentos comuns às exceções de impedimento e suspeição	404
18.1.3	Impedimento	406
18.1.4	Incompetência	408
18.1.5	Recurso	409
18.2	Contestação	410
18.2.1	Preliminares	413

18.2.1.1	Inexistência ou nulidade de citação.....	413
18.2.1.2	Incompetência absoluta e relativa	414
18.2.1.3	Incorreção do valor da causa	414
18.2.1.4	Inépcia da petição inicial.....	414
18.2.1.5	Perempção.....	415
18.2.1.6	Litispendência.....	415
18.2.1.7	Coisa julgada.....	416
18.2.1.8	Conexão e continência.....	416
18.2.1.9	Ausência de legitimidade ou de interesse processual ...	418
18.2.1.10	Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização	418
18.2.1.11	Impugnação à justiça gratuita.....	419
18.2.1.12	Convenção de arbitragem.....	419
18.2.1.13	Falta de caução.....	420
18.2.1.14	Outra prestação que a lei exige como preliminar	420
18.2.2	Preliminares de mérito.....	420
18.2.2.1	Prescrição.....	421
18.2.2.2	Decadência.....	426
18.2.2.3	Compensação.....	427
18.2.2.4	Retenção	427
18.2.3	Defesa de mérito	428
18.3	Reconvenção.....	430
18.3.1	Pressupostos	432
18.3.2	Revelia	434
18.3.3	Requisitos e procedimentos	434
18.3.4	Reconvenção e compensação	434
18.3.5	Reconvenção e processo de alçada	435
18.3.6	Litisconsórcio.....	435
18.3.7	Reconvenção e consignação em pagamento.....	435
18.3.8	Reconvenção e ação de cumprimento	436
18.3.9	Instrução processual	436
18.3.10	Sentença	436
18.3.11	Recurso	436
18.3.12	Reconvenção e execução	437
18.4	Suspensão do processo.....	437
18.5	Conciliação.....	440
18.6	Homologação.....	443

Capítulo 19

	Das Provas	445
19.1	Princípios.....	446

▪ Sumário

19.2	Objetivo da prova	447
19.3	Ônus da prova.....	448
19.4	Meios de prova.....	456
19.4.1	Depoimento pessoal.....	457
19.4.1.1	Confissão	458
19.4.1.1.1	Conceito.....	458
19.4.1.1.2	Distinção	458
19.4.1.1.3	Classificação.....	458
19.4.1.1.4	Regras gerais.....	459
19.4.1.2	Procedimentos do depoimento pessoal.....	461
19.4.2	Documentos.....	465
19.4.2.1	Juntada.....	473
19.4.2.2	Exibição de documentos	475
19.4.2.3	Incidente de falsidade	477
19.4.2.4	Ata notarial	478
19.4.3	Testemunhas.....	478
19.4.3.1	Produção de prova testemunhal	481
19.4.3.2	Procedimento sumaríssimo	489
19.4.3.3	Interpretação dos depoimentos.....	490
19.4.4	Perícia.....	491
19.4.4.1	Introdução.....	491
19.4.4.2	Particularidades	492
19.4.4.3	Procedimentos	493
19.4.4.4	Procedimento sumaríssimo	500
19.4.5	Inspeção judicial	501
19.4.6	Produção antecipada de provas.....	502
19.4.7	Indícios e presunções	508
19.4.8	Usos e costumes	512
19.4.9	Prova emprestada	513

Capítulo 20

Alegações Finais.....	517
-----------------------	-----

Capítulo 21

Sentença.....	521
21.1 Definições.....	521
21.2 Natureza jurídica	523
21.3 Classificação das sentenças	523
21.4 Efeitos da sentença.....	525
21.5 Linguagem	526

21.6	Vinculação.....	526
21.7	Estrutura da sentença	529
21.7.1	Relatório	531
21.7.2	Fundamentação.....	532
21.7.3	Dispositivo	535
21.7.4	Ordem de processos para julgamento	539
21.8	Procedimento sumaríssimo.....	540
21.9	Condenação alternativa	542
21.10	Valor da condenação	543
21.11	Custas	544
21.11.1	Justiça gratuita	547
21.12	Honorários de advogado.....	551
21.13	Publicação da sentença.....	553
21.14	Erros.....	555
21.15	Questões já decididas.....	555
21.16	Julgamentos <i>ultra e infra petita</i>	555
21.17	Duplo grau de jurisdição.....	556
21.18	Coisa julgada	558
21.18.1	Não fazem coisa julgada.....	560
21.18.2	Limites da coisa julgada	560
21.18.2.1	Objetivos.....	560
21.18.2.2	Subjetivos.....	561
21.18.3	Coisa julgada e declaratória incidente.....	561
21.18.4	Coisa julgada criminal e processo do trabalho.....	562
21.18.5	Coisa julgada no cível e processo do trabalho.....	565

Capítulo 22

	Recursos	566
22.1	Conceito	566
22.2	Fundamentos	566
22.3	Duplo grau de jurisdição.....	568
22.4	Princípios dos recursos.....	569
22.4.1	Vigência imediata da lei nova.....	569
22.4.2	Unirrecorribilidade.....	570
22.4.3	Fungibilidade	570
22.4.4	Variabilidade.....	571
22.4.5	Legalidade	571
22.5	Peculiaridades do processo do trabalho.....	571
22.5.1	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	571
22.5.2	Inexigibilidade de fundamentação	572
22.5.3	Instância única	572

▪ Sumário

22.5.4	Efeito devolutivo	574
22.5.5	Uniformidade de prazos para recurso	574
22.6	Juízo de admissibilidade	574
22.7	Efeitos dos recursos	575
22.8	Regras gerais	576
22.9	Pressupostos dos recursos	577
22.9.1	Objetivos	578
22.9.1.1	Previsão legal	578
22.9.1.2	Adequação ou cabimento	578
22.9.1.3	Tempestividade	578
22.9.1.4	Preparo	579
22.9.1.5	Representação	591
22.9.2	Subjetivos	593
22.9.2.1	Legitimidade	594
22.9.2.2	Capacidade	595
22.9.2.3	Interesse	595
22.10	Recurso ordinário	597
22.10.1	Forma de interposição	598
22.10.2	Efeito	599
22.10.3	Devolutibilidade	599
22.10.4	Pressupostos	605
22.10.5	Processamento	606
22.10.6	Outras questões	609
22.10.7	Procedimento sumaríssimo	611
22.10.8	Sustentação oral nos tribunais	613
22.10.9	Incidente de uniformização de jurisprudência	615
22.10.10	Incidente de resolução de demandas repetitivas	616
22.11	Recurso de revista	619
22.11.1	Introdução	619
22.11.2	Admissibilidade	620
22.11.3	Efeito	624
22.11.4	Alínea <i>a</i>	625
22.11.5	Alínea <i>b</i>	629
22.11.6	Alínea <i>c</i>	631
22.11.7	Petição	633
22.11.8	Preparo	635
22.11.9	Processamento	636
22.11.10	Procedimento sumaríssimo	637
22.11.11	Recursos repetitivos	638
22.12	Embargos no TST	645
22.12.1	Denominação	645
22.12.2	Embargos para a Vara	645

22.12.3	Embargos nos tribunais regionais	646
22.12.4	Embargos no TST	646
22.12.5	Competência do Pleno do TST	647
22.12.6	Cabimento	647
22.12.6.1	Embargos infringentes	648
22.12.6.2	Embargos de divergência.....	648
22.12.6.3	Embargos de nulidade	653
22.12.7	Procedimentos	653
22.12.8	Depósito	654
22.12.9	Processamento	654
22.13	Agravo de petição.....	655
22.13.1	Histórico	655
22.13.2	Denominação.....	657
22.13.3	Conceito	657
22.13.4	Distinção.....	657
22.13.5	Cabimento	657
22.13.6	Depósito.....	660
22.13.7	Custas.....	660
22.13.8	Prazo.....	660
22.13.9	Condições de admissibilidade.....	661
22.13.10	Efeito	662
22.13.11	Objetivo	663
22.13.12	Processamento	664
22.13.13	Procedimento.....	664
22.14	Agravo de instrumento.....	665
22.14.1	História	665
22.14.2	Conceito	666
22.14.3	Distinção.....	666
22.14.4	Cabimento	666
22.14.5	Não cabimento.....	667
22.14.6	Prazo.....	668
22.14.7	Procedimento.....	668
22.14.8	Preparo	672
22.14.9	Efeito	673
22.14.10	Processamento	674
22.14.11	Agravo retido.....	678
22.15	Agravo regimental.....	678
22.16	Recurso extraordinário.....	683
22.17	Recurso adesivo	688
22.17.1	Introdução.....	688
22.17.2	Pressupostos de admissibilidade.....	688
22.17.3	Cabimento	689

▪ Sumário

22.17.4	Processamento	690
22.17.5	Procedimento.....	691
22.18	Correção parcial	691
22.18.1	Histórico	691
22.18.2	Denominação.....	692
22.18.3	Conceito	692
22.18.4	Natureza jurídica.....	692
22.18.5	Requisitos.....	693
22.18.6	Competência.....	693
22.18.7	Cabimento	694
22.18.8	Prazo.....	695
22.18.9	Procedimento.....	695
22.19	Embargos de declaração.....	696
22.19.1	Histórico	696
22.19.2	Denominação.....	697
22.19.3	Natureza jurídica.....	697
22.19.4	Cabimento no processo do trabalho.....	698
22.19.5	Cabimento	698
22.19.6	Hipóteses.....	699
22.19.7	Efeito modificativo.....	702
22.19.8	Depósito e custas	704
22.19.9	Prazo.....	704
22.19.10	Efeitos sobre os prazos recursais.....	705
22.19.11	Embargos protelatórios.....	706
22.19.12	Prequestionamento no processo do trabalho.....	710
22.19.13	Processamento	712

Capítulo 23

	Procedimentos Especiais.....	714
23.1	Introdução	714
23.2	Inquérito para apuração de falta grave	714
23.2.1	Histórico	715
23.2.2	Aplicação	715
23.2.3	Características	718
23.2.4	Procedimentos	718
23.2.5	Prazo.....	718
23.2.6	Audiência.....	719
23.2.7	Efeitos da sentença.....	720
23.2.7.1	Acolhimento da pretensão	720
23.2.7.2	Rejeição da pretensão	720
23.2.7.3	Conversão da reintegração em indenização	721

23.3	Ação rescisória.....	721
23.3.1	Conceito	721
23.3.2	Fundamentos.....	722
23.3.3	Natureza jurídica.....	722
23.3.4	Cabimento no processo do trabalho.....	722
23.3.5	Requisitos.....	724
23.3.6	Competência.....	725
23.3.7	Legitimidade	726
23.3.8	Ação rescisória e sentença homologatória.....	726
23.3.9	Hipóteses.....	727
23.3.10	Processamento	736
23.3.11	Petição inicial	736
23.3.12	Prazo.....	737
23.3.13	Procedimento.....	739
23.4	Mandado de segurança.....	742
23.4.1	Histórico	742
23.4.2	Conceito	744
23.4.3	Natureza jurídica.....	744
23.4.4	Cabimento no processo do trabalho.....	744
23.4.5	Objetivo	744
23.4.6	Direito líquido e certo.....	745
23.4.7	Abuso de poder.....	745
23.4.8	Autoridade coatora	745
23.4.9	Competência.....	746
23.4.10	Hipóteses de cabimento.....	747
23.4.11	Não cabimento.....	747
23.4.12	Petição inicial	748
23.4.13	Liminar	750
23.4.14	Indeferimento	751
23.4.15	Provas.....	752
23.4.16	Litisconsórcio.....	752
23.4.17	Prazo para ajuizamento	753
23.4.18	Processamento	753
23.4.19	Recurso	756
23.5	Ação de consignação em pagamento	757
23.5.1	Histórico	757
23.5.2	Conceito	757
23.5.3	Natureza jurídica.....	757
23.5.4	Pressupostos	758
23.5.5	Cabimento no processo do trabalho.....	758
23.5.6	Hipóteses.....	758
23.5.7	Consignação extrajudicial	759
23.5.8	Competência.....	761
23.5.9	Petição inicial	761
23.5.10	Contestação	762

▪ Sumário

23.5.11	Reconvenção.....	764
23.5.12	Sentença.....	765
23.6	Ação de exigir contas.....	766
23.7	Ação cominatória.....	768
23.8	Ações possessórias.....	769
23.8.1	Cabimento.....	769
23.8.2	Pressupostos.....	770
23.8.3	Competência.....	770
23.8.4	Procedimentos.....	771
23.8.4.1	Bens móveis.....	771
23.8.4.2	Bens imóveis.....	772
23.9	Habilitação incidente.....	773
23.10	Restauração de autos.....	774
23.11	Ação revisional.....	776
23.12	<i>Habeas corpus</i>	779
23.13	Ações relativas às prestações de fazer ou não fazer.....	782
23.13.1	Histórico.....	782
23.13.2	Denominação.....	783
23.13.3	Conceito.....	783
23.13.4	Distinção.....	784
23.13.5	Natureza jurídica.....	785
23.13.6	Classificação.....	786
23.13.7	Aplicabilidade.....	786
23.13.8	Cabimento no processo do trabalho.....	786
23.13.9	Necessidade de provocação.....	789
23.13.10	Petição inicial.....	789
23.13.11	Concessão.....	790
23.13.12	Liminar.....	791
23.13.13	Motivação.....	792
23.13.14	Justificação prévia.....	793
23.13.15	Reconvenção.....	793
23.13.16	Modificação ou revogação.....	793
23.13.17	Perdas e danos.....	794
23.13.18	Multa.....	794
23.13.19	Poder público.....	797
23.13.20	Medidas de apoio.....	798
23.13.21	Sentença.....	799
23.13.22	Recurso.....	799
23.13.23	Execução.....	800
23.14	Prestação de entrega de coisa.....	801
23.15	Ação monitória.....	801
23.15.1	Histórico.....	801
23.15.2	Direito comparado.....	802
23.15.3	Etimologia.....	802
23.15.4	Natureza jurídica da ação monitória.....	802

23.15.5	Finalidade	803
23.15.6	Classificação	803
23.15.7	Cabimento no processo do trabalho.....	803
23.15.8	Exemplos no processo do trabalho.....	804
23.15.9	Cabimento	805
23.15.10	Fazenda Pública.....	805
23.15.11	Prova escrita.....	806
23.15.12	Competência.....	807
23.15.13	Procedimentos	807
23.15.14	Embargos monitórios	809
23.15.15	Sentença	810
23.15.16	Embargos à execução	811
23.15.17	Conclusão	812
23.16	Ação civil pública e ação civil coletiva	812
23.17	Anulação de cláusulas convencionais	819
23.17.1	Competência.....	819
23.17.2	Legitimidade	821
23.17.3	Cláusulas.....	821
23.18	<i>Habeas data</i>	823
23.19	Mandado de injunção.....	823
23.20	Execução fiscal trabalhista	824

Capítulo 24

	Tutela Provisória.....	827
24.1	Introdução	827
24.2	Conceitos.....	827
24.3	Classificação	828
24.4	Distinção.....	828
24.5	Tutela de urgência.....	830
24.5.1	Histórico	830
24.5.2	Conceito	831
24.5.3	Natureza jurídica.....	831
24.5.4	Necessidade de provocação.....	833
24.5.5	Concessão	834
24.5.6	Requisitos.....	834
24.5.7	Competência.....	839
24.5.8	Cabimento	840
24.5.9	Momento.....	842
24.5.10	Motivação	844
24.5.11	Recurso	848
24.5.12	Execução	849
24.6	Tutela específica e ação rescisória	850
24.7	Tutela cautelar	851
24.7.1	Introdução.....	851

▪ Sumário

24.7.2	Histórico	852
24.7.3	Conceito	853
24.7.4	Distinção.....	853
24.7.5	Natureza jurídica.....	854
24.7.6	Classificação	855
24.7.7	Cautelar satisfativa.....	856
24.7.8	Autonomia.....	859
24.7.9	Condições da ação	859
24.7.10	Pressupostos da tutela cautelar	860
	24.7.10.1 <i>Fumus boni iuris</i>	860
	24.7.10.2 <i>Periculum in mora</i>	860
24.7.11	Poder geral de cautela	861
	24.7.11.1 Limites do poder geral de cautela	862
24.7.12	Tutelas cautelares inominadas ou inespecíficas.....	863
24.7.13	Competência.....	864
	24.7.13.1 Competência em caso de recurso	865
24.7.14	Peculiaridades da tutela cautelar	866
	24.7.14.1 Preventividade	866
	24.7.14.2 Provisoriedade.....	866
	24.7.14.3 Acessoriedade	867
	24.7.14.4 Instrumentalidade.....	867
	24.7.14.5 Sumariedade	868
	24.7.14.6 Fungibilidade	868
24.7.15	Liminar	869
24.7.16	Revogabilidade.....	871
24.7.17	Transferência de empregados.....	872
24.8	Procedimento.....	873
	24.8.1 Petição inicial	873
	24.8.2 Exceção	876
	24.8.3 Contestação	877
24.9	Eficácia da tutela cautelar e sua cessação	879
	24.9.1 Eficácia da medida cautelar	879
	24.9.2 Cessação da eficácia da medida cautelar	881
24.10	Sentença	882
24.11	Coisa julgada	883
24.12	Recurso	884
24.13	Execução da medida cautelar.....	886
24.14	Responsabilidade do requerente	887
24.15	Tutelas cautelares específicas.....	888
	24.15.1 Arresto	888
	24.15.2 Sequestro.....	899
	24.15.3 Atentado.....	905
	24.15.4 Caução	914
	24.15.5 Busca e apreensão	917
	24.15.6 Tutela cautelar nos tribunais	919

24.15.7	Mandado de segurança contra indeferimento liminar de cautelar.....	922
24.16	Tutela da evidência.....	922
24.17	Reclamação	927

Capítulo 25

	Jurisdição Voluntária	930
25.1	Regras gerais	930
25.2	Notificações e interpelações.....	931
25.3	Alienação judicial.....	934
25.4	Processo para homologação de acordo extrajudicial	935

Capítulo 26

	Dissídios Coletivos.....	937
26.1	Introdução	937
26.2	Conceito	938
26.3	Distinção.....	938
26.4	Características	939
26.5	Classificação	939
26.6	Competência.....	940
26.7	Limites do poder normativo	941
26.8	Eficácia normativa da sentença nos dissídios coletivos	945
26.9	Natureza jurídica da sentença normativa	945
26.10	Negociação ou arbitragem	946
26.11	Condição da ação	947
26.12	Quorum da assembleia sindical	948
26.13	Prazo para instauração.....	949
26.14	Instauração de ofício.....	949
26.15	Legitimidade ativa	952
26.16	Partes	959
26.17	Procedimentos	959
26.18	Contestação.....	963
26.19	Reconvenção.....	963
26.20	Instrução.....	964
26.21	Sentença	966
26.22	Efeitos da sentença.....	970
26.23	Início da vigência.....	970
26.24	Prazo de vigência	970
26.25	Efeito suspensivo do recurso ordinário	971
26.26	Extensão da sentença normativa	972
26.27	Revisão.....	974
26.27.1	Iniciativa	975
26.27.2	Competência.....	976

▪ Sumário

26.27.3	Procedimento.....	976
26.27.4	Vigência	976
26.28	Dissídio coletivo de interpretação ou de natureza jurídica.....	976
26.29	Dissídio coletivo de funcionário público	977
26.30	Ação de cumprimento	979
26.30.1	Natureza jurídica.....	980
26.30.2	Competência.....	980
26.30.3	Exigências legais	981
26.30.4	Matéria da ação de cumprimento	981
26.30.5	Trânsito em julgado	981
26.30.6	Legitimação ativa e passiva.....	982
26.30.7	Audiência.....	982
26.30.8	Defesa.....	983
26.30.9	Instrução	984

Capítulo 27**Liquidação de Sentença..... 985**

27.1	Introdução	985
27.2	Denominação	985
27.3	Natureza jurídica	986
27.4	Classificação	986
27.5	Carta de sentença	986
27.6	Condenação alternativa	987
27.7	Regras gerais	987
27.8	Legitimação	989
27.9	Formas	989
27.9.1	Arbitramento.....	990
27.9.2	Artigos	990
27.9.3	Cálculos	992
27.9.4	Sentença de liquidação	998

Capítulo 28**Execução..... 1000**

28.1	Introdução	1000
28.2	Lei de Execução Fiscal	1005
28.3	Atos atentatórios à dignidade da justiça	1006
28.4	Formas de execução.....	1008
28.5	Execução provisória.....	1008
28.5.1	Execução provisória de obrigação de fazer.....	1011
28.6	Legitimidade ativa	1013
28.7	Legitimidade passiva.....	1016
28.7.1	Desconsideração da personalidade jurídica	1021
28.8	Objeto	1031

28.9	Desistência da execução	1031
28.10	Execução contra devedor insolvente	1031
28.11	Execução para entrega de coisa	1033
28.12	Execução de obrigação de fazer e não fazer	1033
28.13	Execução por prestações sucessivas	1035
28.14	Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	1035
28.14.1	Citação.....	1035
28.14.2	Depósito da condenação e nomeação de bens.....	1043
28.14.3	Penhora.....	1046
28.14.3.1	Bens penhoráveis e impenhoráveis.....	1052
28.14.3.2	Penhora em direito de crédito.....	1056
28.14.3.3	Penhora de estabelecimento	1058
28.14.3.4	Segunda penhora.....	1059
28.14.3.5	Pré-executividade.....	1059
28.14.3.6	Outras disposições	1060
28.15	Execução contra a fazenda pública.....	1061
28.16	Execução contra a massa falida	1072
28.17	Execução da contribuição previdenciária.....	1078
28.18	Concurso de credores	1083
28.19	Embargos à execução	1084
28.19.1	Matéria alegável	1084
28.19.1.1	Prescrição intercorrente.....	1086
28.19.2	Procedimentos	1087
28.20	Impugnação à sentença	1092
28.21	Embargos de terceiro	1093
28.22	Alienação de bens	1097
28.22.1	Praça e leilão.....	1097
28.22.2	Arrematação	1101
28.22.2.1	Etimologia.....	1101
28.22.2.2	Conceito	1101
28.22.2.3	Distinção.....	1101
28.22.2.4	Natureza jurídica.....	1101
28.22.2.5	Procedimentos no processo do trabalho.....	1103
28.22.2.6	Competência.....	1107
28.22.3	Adjudicação	1107
28.22.4	Remição	1108
28.22.5	Embargos à arrematação e à adjudicação.....	1109
28.23	Suspensão e extinção da execução	1110
28.24	Custas na execução.....	1112
28.25	Emolumentos	1114
	Bibliografia.....	1119
	Índice Remissivo	1127

- Ação
 - civil coletiva, 23.16
 - civil pública, 23.16
 - cominatória, 23.7
 - condições da, 24.9
 - condução da, 25.11
 - cumprimento de, 18.3.8
 - monitória, 23.15
 - revisional, 23.11
- Ação cautelar
 - pressupostos da, 24.7.10
- Ação rescisória, 23.3
 - e sentença homologatória, 23.3.8
- Ação declaratória incidental
 - pressupostos, 15.8.14
- Ações
 - acumulação de, 15.9.5
 - possessórias, 23.8
- Ações de competência da Justiça do Trabalho
 - procedimento das, 15.9.10
- Ad adjuvandum* (intervenção adesiva), 14.15.1
- Ad excludendum*, 14.15.2
- Adjudicação, 28.22.3
 - embargos à, 28.22.5
- Advogado
 - honorários de, 21.12
- Agravo
 - de instrumento, 22.14
 - de petição, 22.13
 - regimental, 22.15
 - retido, 22.14.11
- Alçada
 - processo de, 18.3.5
- Alegações finais, 20
- Anulabilidade, 13.5.4
- Aposentadoria
 - complementação de, 11.4.12
- Arbitragem, 9.3.3.2, 26.10
 - admissibilidade, 9.3.3.2.9
 - classificação, 9.3.3.2.6
 - compromisso, 9.3.3.2.8
 - conceitos, 9.3.3.2.4
 - denominação, 9.3.3.2.2
 - dificuldades, 9.3.3.2.13
 - direito comparado e internacional, 9.3.3.2.12
 - espécies, 9.3.3.2.7
 - história, 9.3.3.2.1
 - natureza jurídica, 9.3.3.2.5
 - procedimentos, 9.3.3.2.11
 - vantagens e desvantagens, 9.3.3.2.10
- Arrematação, 28.22.2
 - embargos à, 28.22.5
- Arresto, 24.15.1
- Assembleia sindical
 - quorum* da, 25.12
- Assistência, 14.4
 - judiciária, 14.9

- Atentado, 24.15.3
- Atleta profissional de futebol, 11.3.4
- Ato atentatório à dignidade da justiça, 28.3
- Atos, 12.1
- Atos processuais
 - comunicação dos, 12.4
- Atos, termos e prazos processuais, 12
- Audiência, 17, 25.30.7
 - procedimento sumaríssimo, 17.1
- Ausência de legitimidade ou de interesse processual, 18.2.1.7
- Autoaplicabilidade, 11.4.4.2
- Autocomposição, 9.3.2
- Autodefesa, 9.3.1
- Autonomia
 - científica, 3.8
 - jurisdicional, 3.7
- Autoria
 - nomeação à, 14.15.3
- Autorização, 14.5
 - falta de, 18.2.1.8
- Autos
 - restauração dos, 23.10
- Bens
 - alienação de, 28.22
 - depósito da condenação e nomeação de, 28.14.2
 - imóveis, 23.8.4.2
 - impenhoráveis e penhoráveis, 28.14.3.1
 - móveis, 23.8.4.1
 - penhoráveis e impenhoráveis, 28.14.3.1
- Busca e apreensão, 24.15.5
- Cabimento, 14.15.2.1
 - no processo de trabalho, 14.15.3.3
- Capacidade, 14.2
- Caução, 24.15.4
- Cautela
 - limites do poder geral de, 24.7.11.1
 - poder geral de, 24.7.11
- Cautelar satisfativa, 24.7.7
- Ciência
 - características da autonomia de uma, 3.3
- Citação
 - inexistência ou nulidade de, 18.2.1.1
 - nulidade da, 12.4.1.3
- Cláusulas convencionais
 - anulação de, 23.17
- Coisa julgada, 18.2.1.5, 21.18, 24.21
 - criminal e processo do trabalho, 21.18.4
 - e declaratória incidente, 21.18.3
 - limites da, 21.18.2
 - no cível e processo do trabalho, 21.18.5
- Comissão de conciliação prévia, 9.3.3.1.1
- Compensação, 18.2.2.3, 18.3.4
- Competência (*competentia*), 11.2, 24.13
 - conflitos de, 11.11
 - em dissídios coletivos, 11.9
 - em razão do lugar (*ex ratione loci*), 11.6
 - funcional, 11.10
 - por distribuição, 11.7
 - prorrogação da, 11.6.5
- Competentia (competência), 11.2
- Comunicação processual por carta, 12.4.1.2
- Conciliação, 18.5
- Condenação
 - alternativa, 21.9
 - valor da, 21.10
- Conexão, 18.2.1.8
- Confissão, 19.4.1.1
- Conflictus, 9.1
- Conflitos trabalhistas
 - classificação, 9.2
 - denominação, 9.1
 - formas de solução dos, 9.3
 - solução dos, 9
- Conselhos de *Probituri*, 1.2.1.3
- Conselhos Regionais do Trabalho, 1.2.2
- Conseils de *Prud'hommes*, 1.2.1.1
- Consignação
 - ação de – em pagamento, 23.5
- Contas
 - prestação de, 23.6
- Contestação, 18.2
- Continência, 18.2.1.6
- Contrato
 - empresas que promovem atividades fora do lugar do, 11.6.4
- Contribuição(ões) previdenciária(s), 11.4.4
 - execução da, 28.17
- Corregedor regional, 11.10.4
- Correição parcial, 22.18
- Credores
 - concurso de, 28.18
- Cumulação
 - objetiva, 14.14.1
 - subjativa, 14.14.2
- Custas, 21.11
- Dano moral, 11.4.7
- Dano patrimonial, 11.4.7
- Decadência, 18.2.2.2
- Decadência, 23.2.5
- Decisões interlocutórias
 - irrecorribilidade das, 22.5.1
- Defesa
 - indireta do processo, 18
 - indireta de mérito, 18
 - direta de mérito, 18
- Denunciação da lide, 14.15.3
 - conceito, 14.15.3.1
 - natureza jurídica, 14.15.3.2
- Depoimento pessoal, 19.4.1
 - procedimentos do, 19.4.1.2

▪ Índice Remissivo

- Depoimentos
 - interpretação dos, 19.4.3.3
- Desenvolvimento
 - didático, 3.6
 - doutrinário, 3.5
 - legal, 3.4
- Devedor solvente, 28.14
 - execução por quantia certa contra, 28.14
- Devedor insolvente
 - execução por quantia certa contra, 28.10
- Devolutibilidade, 22.10.3
- Direito
 - administrativo, 5.4
 - constitucional, 5.1
 - do trabalho, 5.2
 - penal, 5.5
 - privado, 5.6
 - processual, 5.3
 - público externo, 11.3.2
 - tributário, 5.7
- Direito Processual do Trabalho
 - aplicação das normas do, 7
 - autonomia do, 3
 - conceito, 2
 - fontes do, 6
 - hierarquia, 6.2
 - posição enciclopédica do, 4
 - princípios do, 8, 8.3
 - relações do, 5
- Dispositivo, 21.7.3
- Dissídio, 9.1, 11.2
- Dissídio(s) coletivo(s), 26
 - ação de cumprimento, 26.30
 - audiência, 26.30.7
 - de funcionário público, 26.29
 - de interpretação ou de natureza jurídica, 26.28
 - eficácia normativa da sentença nos, 26.8
 - instauração de ofício, 26.14
 - prazo para instauração, 26.13
- Distribuição, 16
 - efeitos da, 16.3
 - por dependência, 16.1
- Dualista
 - teoria, 3.1
- Documento, 19.4.2
 - exibição de, 19.4.2.2
- Duplo grau de jurisdição, 21.17, 22.3
- Efeito devolutivo, 22.5.4
- Eficácia, 7.3
 - da medida cautelar, 24.9.1
 - liberatória, 9.3.3.1.1.6
 - no espaço, 7.3.2
 - no tempo, 7.3.1
- Embargos
 - à adjudicação, 28.22.5
 - à arrematação, 28.22.5
 - à execução, 23.15.16, 28.19
 - de declaração, 22.19
 - de divergência, 22.12.6.2
 - de nulidade, 22.12.6.3
 - de terceiro, 28.21
 - infringentes, 22.12.6.1
 - monitórios, 23.15.14
 - no TST, 22.12, 22.12.4
 - nos tribunais regionais, 22.12.3
 - para a vara, 22.12.2
 - protelatórios, 22.19.11
- Emolumentos, 28.25
- Empregados
 - brasileiros laborando no estrangeiro, 11.6.3
 - transferência de, 24.7.17
 - viajantes, 11.6.2
- Empreitada
 - contratos de, 11.4.2
- Erros, 21.14
- Evolução, 1.2
- Ex ratione loci* (competência em razão do lugar), 11.6
- Exceções, 18.1
- Execução, 11.4.4.3, 18.3.12, 28
 - contra a Fazenda Pública, 28.15
 - contra a massa falida, 28.16
 - contra devedor insolvente, 28.10
 - custas na, 28.24
 - da contribuição previdenciária, 28.17
 - de obrigação de fazer e não fazer, 28.12
 - desistência da, 28.9
 - embargos à, 23.15.16, 28.19
 - extinção da, 28.23
 - fiscal trabalhista, 23.20
 - formas de, 28.4
 - para entrega de coisa, 28.11
 - por prestações sucessivas, 28.13
 - por quantia certa contra devedor solvente, 28.14
 - provisória, 28.5
 - suspensão e extinção da, 28.23
- Execução fiscal
 - lei de, 28.2
- Factum principis*, 14.15.3.4
- Falsidade
 - incidente de, 19.4.2.3
- Falta grave
 - inquerito para apuração de, 23.2
- Fazenda Pública
 - execução contra a, 28.15
- Foro de eleição, 11.8
- Fumus boni iuris*, 24.7.10.1
- Funcionários públicos, 11.3.1
- Fundamentação, 21.7.2
 - inexigibilidade de, 22.5.2

- Fundamentos
 - jurídicos, 22.2
 - psicológicos, 22.2
- Fungibilidade, 24.7.14.6
- Greve
 - ações que envolvem o exercício do direito de, 11.4.11
- Habeas corpus*, 11.4.9, 23.12
- Habeas data*, 11.4.10, 23.18
- Habilitação incidente, 23.9
- Heterocomposição, 9.3.3
- Hierarquia, 6.2
- Hipóteses legais no CPC, 15.8.8
- Homologação, 18.6
- Impedimento, 18.1.3
- Incidente de falsidade, 19.4.2.3
- Incompetência, 18.1.4
- Incorreção do valor da causa, 18.2.1.2
- Indícios e presunções, 19.4.7
- Inexigibilidade de fundamentação, 22.5.2
- Inicial
 - inércia da petição, 15.9.7, 18.2.1.3
 - modificações à postulação, 15.9.8
- Inspeção judicial, 19.4.5
- Instância única, 22.5.3
- Instrução processual, 18.3.9
- Integração, 7.2
- Interesse de agir, 15.8.12
- Interposição
 - forma de, 22.10.1
- Intervenção
 - ad excludendum*, 14.15.2
 - adesiva (*ad adjuvandum*), 14.15.1
- Irrecorribilidade das decisões interlocutórias, 22.5.1
- ius gestionis*, 11.3.2
- ius postulandi*, 14.7
 - a permanência do – no processo do trabalho, 14.7.4
- Juiz
 - citação dependente de ato do, 12.4.1.1
 - direito, 11.10.1
 - formação técnica e jurídica do, 10.2.2
 - garantias do, 10.2.1
- Juízo de admissibilidade, 22.6
- Julgamento
 - infra petita*, 21.16
 - ultra*, 21.16
- Juntada, 19.4.2.1
- Juntas de Conciliação e Julgamento, 1.2.2
- Justiça gratuita, 21.11.1
- Jurisdição, 9.3.3.3
 - duplo grau de, 21.17, 22.3
- Justiça do Trabalho
 - competência da, 11.1, 11.3
 - incompetência da, 11.5
 - organização da, 10
 - órgãos auxiliares da, 10.5
- Legalidade
 - princípio da, 13.6.1
- Legislação ordinária, 14.13.4
- Legitimidade, 15.8.11, 22.9.2.1
 - ativa, 25.15, 28.6
 - passiva, 28.7
- Lei Aguirre Berlanga, 1.2.1.4
- Lide
 - denúnciação da, 14.15.4
- Liminar, 24.7.15
- Litigância de má-fé, 14.11
- Litisconsórcio, 14.14, 18.3.6
 - classificação do, 14.14.3
 - facultativo, 14.14.3.1
 - necessário, 14.14.3.2
 - unitário, 14.14.3.3
- Litispendência, 18.2.1.4
- Má-fé
 - litigância de, 14.11
- Mandado
 - de injunção, 23.19
 - de segurança, 11.4.8, 23.4
 - de segurança contra indeferimento liminar de cautelar, 24.1.5.7
 - tácito, 14.8
- Mediação, 9.3.3.1
- Massa falida
 - execução contra a, 28.16
- Mens legis*, 7.1
- Mérito
 - defesa de, 18.2.3
 - defesa direta de, 18
 - defesa indireta de, 18
 - preliminares de, 18.2.2
- Ministério Público do Trabalho, 11.10.2
- Ministro corregedor do TST, 11.10.3
- Monista
 - teoria, 3.1
- Negociação, 26.10
- Norma jurídica
 - ampliativa ou extensiva, 7.1e
 - autência, 7.1h
 - extensiva ou ampliativa, 7.1e
 - finalística ou teleológica, 7.1
 - gramatical ou literal (*verba legis*), 7.1a
 - gramatical, 7.1a
 - histórica, 7.1g
 - limitativa ou restritiva, 7.1f
 - literal ou gramatical (*verba legis*), 7.1
 - lireral, 7.1a
 - lógica (*mens legis*), 7.1b

▪ Índice Remissivo

- lógica, 7.1b
- mens legis* (lógica), 7.1b
- restritiva ou limitativa, 7.1f
- sistemática, 7.1
- sociológica, 7.1i
- teleológica ou finalística, 7.1
- verba legis* (gramatical ou literal), 7.1a
- Nulidades, 13
 - absoluta, 13.5.2
 - conceito, 13.2
 - da citação, 12.4.1.3
 - distinção, 13.3
 - no processo do trabalho, 13.7
 - princípios das, 13.6
 - regras para o pronunciamento das, 13.8
 - relativa, 13.5.3
 - sistema de, 13.4
- Ordem de processos para julgamento, 21.7.4
- Pagamento
 - reconvenção e consignação em, 18.3.7
- Parte(s), 14
- Patrocínio profissional, 14.10
- Penalidades administrativas, 11.4.6
- Periculum in mora*, 24.7.10.2
- Penhora, 27.14.3
 - de estabelecimento, 28.14.3.3
 - em direito de crédito, 28.14.3.2
- Perempção, 13.10
- Perícia, 19.4.4
- Petição inicial, 15.9
 - documentos, 15.9.4
 - forma, 15.9.1
 - indeferimento, 15.9.6
 - outros requisitos, 15.9.3
- Pleno do TST
 - competência do, 22.12.5
- Poder normativo
 - limites do, 26.7
- Postulação inicial
 - modificações à, 15.9.8
 - procedimento sumaríssimo, 15.9.9
- Praça e leilão, 28.22.1
- Praecludo* (preclusão), 13.9
- Prazo(s)
 - contagem do, 12.3.1
 - exceções à regra, 12.3.2
 - prescricional, 9.3.3.1.1.7
 - principais, 12.3.4
 - processuais, atos e termos, 12
- Preclusão (*praecludo*), 13.9
 - classificação da, 13.9.2
 - consumativa, 13.9.2.3
 - lógica, 13.9.2.2
 - temporal, 13.9.2.1
- Pré-executividade, 28.14.3.5
- Preparo, 22.9.1.4
- Prescrição, 18.2.2.1
- Prestação de serviços
 - local da, 11.6.1
- Presunções e indícios, 19.4.6
- Princípio
 - da causalidade, 13.6.6
 - da convalidação, 13.6.11
 - da conversão, 13.6.9
 - da economia processual, 13.6.3
 - da instrumentalidade das formas ou da finalidade, 13.6.2
 - da lealdade processual, 13.6.7
 - da legalidade, 13.6.1
 - da repressão ao dolo processual, 13.6.8
 - da transcendência ou do prejuízo, 13.6.10
 - do aproveitamento da parte válida do ato, 13.6.4
 - do interesse de agir, 13.6.5
 - do prejuízo, 13.6.10
- Princípios do direito processual do trabalho, 8
 - outros princípios, 8.3.2
 - princípio da proteção, 8.3.1
- Proibiviri*
 - conselhos de, 1.2.1.3
- Procedimento(s), 24.18
 - especiais, 23
- Processo
 - defesa indireta do, 18
 - suspensão do, 18.4
- Processo cautelar
 - peculiaridades do, 24.14
- Processo civil
 - cabimento no, 15.8.9
- Processo do trabalho, 14.11.2
 - cabimento no, 14.15.4.3, 15.8.10
 - nulidades no, 13.7
 - partes e representação no, 14.6
 - peculiaridades do, 22.5
 - permanência do *ius postulandi* no, 14.7.4
- Procuradores, 14
- Produção antecipada de provas, 19.4.6
- Proteção
 - princípio da, 8.3.1
- Prova(s), 19
 - aptidão para a, 19.1
 - comunhão da, 19.1
 - disponibilidade da, 19.1
 - emprestada, 19.4.9
 - igualdade da oportunidade da, 19.1
 - legalidade da, 19.1
 - meios de, 19.4
 - necessidade da, 19.1
 - objetivo da, 19.2
 - obrigatoriedade da, 19.1
 - ônus da, 19.3
 - oportunidade, 19.1
 - utilidade da, 19.1

- Prova testemunhal
 - produção de, 19.4.3.1
- Prud'hommes*, 1.2.1
 - conseils de*, 1.2.1.1
 - conselho de, 1.2.11
- Reconvenção, 18.3, 18.3.4, 18.3.5, 18.3.12, 23.5.11
 - e ação de cumprimento, 18.3.8
 - pressupostos, 18.3.1
 - revelia, 18.3.2
- Recurso(s), 18.1.5, 18.3.11, 22, 24.22
 - adesivo, 22.17
 - extraordinário, 22.16
 - efeitos dos, 22.7
 - ordinário, 22.10
 - prazo para, 12.3.3
 - pressupostos dos, 22.9
 - princípios dos, 22.4
 - uniformidade de prazos para, 22.5.5
- Recurso de revista, 22.11
 - admissibilidade, 22.11.2
 - efeito, 22.11.3
 - defeito de, 18.2.17
 - espécies de, 14.3.1
- Recurso ordinário
 - efeito suspensivo do, 26.25
- III Reich
 - carta do trabalho do, 1.2.1.2
 - tribunais do trabalho, 1.2.1.2
- Relatório, 21.7.1
- Remição, 28.22.4
- Representação, 14, 22.9.1.5
 - sindical, 11.4.5
- Requerente
 - responsabilidade do, 24.24
- Retenção, 18.2.2.4
- Réu
 - resposta do, 18
- Revelia, 18.3.2
- Revisão, 25.27
- Revogabilidade, 24.7.16
- Rol dos substituídos, 14.13.6
- Sentença, 18.3.10, 21, 26.21
 - classificação das, 21.3
 - condenatória, 21.4
 - constitutiva, 21.4
 - de liquidação, 27.9.4
 - declaratória, 21.4
 - efeitos da, 21.4, 26.22
 - estruturada, 21.7
 - homologatória, 23.3.8
 - impugnação à, 28.20
 - início da vigência, 26.23
 - linguagem, 21.5
 - liquidação de, 14.13.7, 26
 - prazo de vigência, 26.24
 - publicação da, 21.3
- Sentença normativa
 - extensão da, 26.26
 - natureza jurídica, 26.9
- Sequestro, 24.15.2
- Sócios, 28.7
- Substituição processual, 14.13
 - conceito, 14.13.1
 - distinção, 14.13.2
- Substituídos
 - rol dos, 14.13.6
- Sucessão processual, 14.12
- Suspeição, 18.1.2
- Sustentação oral nos tribunais, 22.10.8
- Tempestividade, 22.9.1.3
- Terceiros, 14
 - intervenção de, 14.15
- Termos, atos e prazos processuais, 12
- Testemunhas, 19.4.3
- Trabalhadores, 11.3.1
- Trabalho
 - condições de, 1.1
 - direito do, 5.2
 - relação de, 11.4.1
- Tribunal Superior do Trabalho, 10.4
- Tribunais regionais
 - embargos nos, 22.12.3
- Tribunais Regionais do Trabalho, 10.3
 - composição e funcionamento, 10.3.2
 - regiões, 10.3.1
- TST
 - competência do pleno do, 22.12.5
 - embargos no, 22.12, 22.12.4
 - ministro corregedor do, 11.10.3
- Tutela(s)
 - cautelar, 24.7
 - cautelares inominadas ou inespecíficas, 24.7.12
 - de urgência, 24.5
 - peculiaridades, 24.7.14
 - provisória, 24
 - nos tribunais, 24.15.6
- Unirrecorribilidade, 22.4.2
- Usos e costumes, 19.4.8
- Valor da causa, 15.9.2
- Vara
 - embargos para a, 22.12.2
- Varas do Trabalho, 10.2
- Variabilidade, 22.4.4
- Verbis legis*, 7.1
- Vícios, 13.5
- Vinculação, 21.6